

Alexis Kotsifas

Além do voto

Normas
Eleitorais e
Resoluções para
Eleições 2024



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma, seja mecânica ou eletrônica, foto, óptica, gravação etc. - nem armazenada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2024 by Alexis Kotsifas.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Coordenadora Editorial

Kariny Martins

Produtora Editorial

Yasmim Amador

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Gabriele Oliveira

Diagramação

Gabriele Oliveira

Preparação de Texto

José Rômulo

Revisão

Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária

Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais

Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Giovana Teixeira Pereira
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K87a Kotsifas, Alexis.
Além do Voto : Normas Eleitorais e Resoluções para Eleições 2024 /
Alexis Kotsifas. – São Paulo : Editora Dialética, 2024.
304 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-270-2137-7

1. Normas Eleitorais. 2. Eleições. 3. Direito Eleitoral. I. Título.

CDD-342.07

SUMÁRIO

1 	ALISTAMENTO ELEITORAL	21
1.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
1.2	PERÍODO, LOCAL, DOCUMENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS DO ALISTAMENTO ELEITORAL	26
1.2.1	Período	26
1.2.2	Local	27
1.2.3	Forma e documentação necessária	27
1.3	ALISTAMENTO ELEITORAL OBRIGATÓRIO	28
1.4	ALISTAMENTO ELEITORAL FACULTATIVO	29
1.5	CASOS DE INALISTABILIDADE	30
1.6	CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO E EXCLUSÃO DO ELEITOR	31
1.7	PENAS ADVINDAS DO NÃO ALISTAMENTO ELEITORAL OU DO NÃO EXERCÍCIO DO VOTO	32
2 	DOS PARTIDOS POLÍTICOS	35
2.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	35
2.2	NATUREZA JURÍDICA	36
2.3	APTIDÃO PARA PARTICIPAR DO PROCESSO ELEITORAL	37
2.4	AUTONOMIA ORGANIZACIONAL	38
2.5	FEDERAÇÃO	39
2.6	FIDELIDADE E JANELA PARTIDÁRIA	40
2.6.1	Ação de Perda do Mandato	42

2.6.1.1	Legitimidade e prazo	42
2.6.1.2	Competência	43
2.6.1.3	Rito processual	43
2.7	FUNDO PARTIDÁRIO	44
2.7.1	Constituição do Fundo	45
2.7.2	Distribuição	46
2.7.3	Destinação	47
2.8	FUNDO PARTIDÁRIO EM 2023	48
3	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	51
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	51
3.2	PROCEDIMENTOS PARA FILIAÇÃO	53
3.3	PRAZOS PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA VISANDO DISPUTAR AS ELEIÇÕES DE 2024	56
3.4	RELAÇÃO DOS FILIADOS	56
3.5	SISTEMA FILIAWEB	57
3.6	DUPLICIDADE, DESFILIAÇÃO E CANCELAMENTO DAS FILIAÇÕES	58
3.7	NÚMEROS DE FILIADOS	61
3.8	MODELO DE FICHA DE FILIAÇÃO	62
4	DOMICÍLIO ELEITORAL	65
4.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	65
4.2	DIFERENÇA ENTRE DOMICÍLIO CIVIL E DOMICÍLIO ELEITORAL	66
4.3	PRAZO PARA DOMICÍLIO ELEITORAL – CANDIDATO ELEIÇÕES 2024	67
4.4	PRAZO PARA DOMICÍLIO ELEITORAL – ELEITOR	67

5| PESQUISA ELEITORAL_____69

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS_____69

5.2 OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO_____69

5.2.1 Publicação de Pesquisa Não Registrada_____71

5.3 FORMA DE REGISTRO – INTERNET_____71

5.4 ENQUETE OU SONDAGENS_____72

5.5 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS_____73

5.5.1 Divulgação no Horário Eleitoral Gratuito_____74

5.6 IMPUGNAÇÕES_____74

5.6.1 Pesquisa Fraudulenta_____75

6| DAS CONDUTAS PROIBIDAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA_____77

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS_____77

6.2 RESPONSÁVEL PELA CONDUTA_____77

6.3 CONDUTAS VEDADAS_____78

6.3.1 Uso de Bens Públicos_____78

6.3.2 Uso de Materiais e Serviços_____79

6.3.3 Servidor Público em Campanha_____79

6.3.4 Assistencialismo_____80

6.4 CONDUTAS PROIBIDAS DURANTE OS TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO ELEITORAL__81

6.4.1 Contratação de Servidor Público_____81

6.4.2 Transferência de recursos_____82

6.4.3 Propaganda institucional_____83

6.4.4 Pronunciamento oficial em rádio e televisão_____83

6.5 GASTOS COM PUBLICIDADE_____84

6.6 REAJUSTE SALARIAL_____85

6.7	SHOW ARTÍSTICO	85
6.8	INAUGURAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS	86
6.9	PENALIDADES	86
7 	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	87
7.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	87
7.2	FORMA E PERÍODO DE AFASTAMENTO	88
7.3	TABELA DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	89
7.4	CASO ESPECIAL – PREFEITOS E PREFEITAS À REELEIÇÃO	94
8 	INELEGIBILIDADE	97
8.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	97
8.2	INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS	98
8.2.1	Para os Inalistáveis	98
8.2.2	Para os Analfabetos	98
8.2.3	Por motivos funcionais quanto à reeleição	99
8.2.4	Por motivos funcionais quanto à compatibilização	100
8.2.5	Para os Cônjuges, os Parentes Consanguíneos ou Afins	100
8.2.6	Para os Militares	102
8.3	LEI COMPLEMENTAR 64/90 – LEI DAS INELEGIBILIDADES	103
8.4	LEI COMPLEMENTAR 135/10 – LEI DA FICHA LIMPA	103
9 	CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	107
9.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	107
9.2	AUTONOMIA ORGANIZACIONAL	107
9.3	DATA	108

9.4	ATA	108
9.5	LOCAL	109
9.6	MODALIDADE DE CONVENÇÃO – PRESENCIAL, VIRTUAL OU HÍBRIDA	110
9.7	CONVENÇÃO – FEDERAÇÃO	110
9.8	CONVOCAÇÃO	111
9.9	PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA	111
9.10	NÚMERO DE VAGAS DE CANDIDATOS E RESERVA DE VAGAS PARA CADA GÊNERO	112
9.11	TABELA COM NÚMERO DE VAGAS PARA CADA PARTIDO	113
9.12	VAGAS REMANESCENTES	113
9.13	NÚMERO DE URNA DAS CANDIDATAS	114
9.14	OPOSIÇÃO ÀS DIRETRIZES PARTIDÁRIAS	117

10| COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA E FEDERAÇÃO 119

10.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	119
10.2	LIBERDADE DE COLIGAR	122
10.3	PRAZOS PARA COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA	123
10.4	DENOMINAÇÃO	123
10.5	PROPAGANDA ELEITORAL NA COLIGAÇÃO	124
10.6	REPRESENTAÇÃO POR DELEGADOS	124
10.7	LEGITIMIDADE	125
10.8	FEDERAÇÃO	126
10.9	DIFERENÇA ENTRE COLIGAÇÃO E FEDERAÇÃO	127

11| REGISTRO DE CANDIDATURA 129

11.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	129
11.2	PEDIDO DE REGISTRO	129

11.3	IDADE MÍNIMA	132
11.4	REQUERIMENTO INDIVIDUAL DE CANDIDATURA	132
11.5	NOME DE URNA	133
11.6	CANCELAMENTO DO REGISTRO	134
11.7	SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATOS	135
11.8	IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	136

12 | PROPAGANDA ELEITORAL **139**

12.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	139
12.2	PROPAGANDA INTRAPARIDÁRIA	139
12.3	PROPAGANDA PARTIDÁRIA	140
12.4	PROPAGANDA ELEITORAL	142
12.4.1	Considerações Iniciais	142
12.4.2	Propaganda Eleitoral Antecipada	142
12.4.3	Da propaganda em Geral	144
12.4.4	Do Prazo	144
12.4.5	Comitês	145
12.4.6	Alto-Falantes	146
12.4.7	Comícios	147
12.4.8	Propaganda em Bens Públicos e de Uso Comum	148
12.4.9	Propaganda em Bens Particulares	149
12.4.10	Folhetos e Impressos	150
12.4.11	Outdoor	151
12.4.12	Internet	151
12.4.13	Imprensa Escrita	154
12.5	NO RÁDIO E TELEVISÃO	155
12.6	DOS DEBATES	159

12.7	DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES E CAMISETAS	161
12.8	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS	162
12.9	PROPAGANDA NO DIA DA ELEIÇÃO	162
12.9.1	Permitido	162
12.9.2	Proibido	162

13| ARRECADAÇÃO E GASTOS DE CAMPANHA 165

13.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	165
13.2	REQUISITOS NECESSÁRIOS	165
13.3	LIMITE DE GASTOS	166
13.4	RECIBOS ELEITORAIS	170
13.5	CONTA BANCÁRIA	170
13.6	DA ARRECADAÇÃO	172
13.6.1	Origem	172
13.6.2	Recursos Próprios	173
13.6.3	Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha	173
13.6.4	Doação de Pessoas Físicas	175
13.6.5	Doação de Pessoas Jurídicas	175
13.6.6	Receita Decorrente da Comercialização de Bens e/ou Serviços e/ou da Promoção de Eventos	176
13.7	FONTES VEDADAS	176
13.8	DATA-LIMITE PARA A ARRECADAÇÃO E DESPESAS DE CAMPANHA	178
13.9	DOS GASTOS ELEITORAIS	178
13.10	RECURSOS NÃO IDENTIFICADOS	179
13.11	SOBRA DE RECURSOS	180

14| PRESTAÇÃO DE CONTAS 181

14.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	181
14.2	OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS	181
14.3	PRAZO – CONTAS PARCIAL E FINAL	182
14.4	DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS	183
14.5	DECISÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	185
14.6	DOS RECURSOS	185
14.7	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO APRESENTAÇÃO	186

15| DIA DA ELEIÇÃO **189**

15.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	189
15.2	PERÍODO DE VOTAÇÃO	189
15.3	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA VOTAR	190
15.4	CONDUTAS PERMITIDAS NO DIA DA ELEIÇÃO	192
15.5	CONDUTAS PROIBIDAS NO DIA DA ELEIÇÃO	194
15.6	CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES	195
15.6.1	Recusa e Impedimento de Voto	195
15.6.2	Prisão de Candidatos e Eleitores	195
15.6.3	Lei Seca	196
15.6.4	Fiscais e Delegados	196

16| SEGUNDO TURNO **199**

16.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	199
16.2	CRONOGRAMA PARA AS ELEIÇÕES DE 2º TURNO	199

17| RESULTADO DAS ELEIÇÕES – SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL E MAJORITÁRIA **201**

17.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	201
17.2	APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS	202

17.3	SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO MAJORITÁRIA	204
17.4	SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL	205
17.5	PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS	209

18| DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS – RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA 211

18.1	DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS	211
18.1.1	Considerações Gerais	211
18.1.2	Data	212
18.1.3	Da cerimônia de Diplomação	212
18.1.4	Efeitos Decorrentes da Diplomação	213
18.2	RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	214
18.2.1	Considerações Gerais	214
18.2.2	Casos de Aplicabilidade	215
18.2.3	Efeito Suspensivo	216

19| AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO MANDATO ELETIVO – AIME 219

19.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	219
19.2	CONSEQUÊNCIAS	221
19.2.1	Cassação do Mandato Eletivo	222
19.2.2	Declaração de Inelegibilidade	223
19.2.3	Imposição de Multa Pecuniária	224
19.2.4	Anulação dos Votos Obtidos pelo Candidato Cassado	224
19.3	PROCEDIMENTO PROCESSUAL	225
19.4	PROVAS	226
19.5	EFEITO SUSPENSIVO	227
19.6	COMPETÊNCIA ATIVA DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO	227

20 POSSE	229
20.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	229
21 INOVAÇÕES ELEITORAIS: NOVAS REGRAS PARA AS ELEIÇÕES 2024	231
REFERÊNCIAS	239
ANEXO A – CALENDÁRIO ELEITORAL	243